



## CINZIA ARRUZZA

Militante feminista e professora universitária de Filosofia. Dirigente da organização anti-capitalista italiana Sinistra Crítica, é também directora do Centro Studi Livio Maitan, e integra a direcção da Quarta Internacional. É membro da Redacção da revista *Erre* e coordenou a edição do livro *Pensare con Marx. Ripensare Marx. Teorie per il nostro tempo*, sendo uma das autores do livro - *Cosa vogliamo? Vogliamo tutto. Il '68 quarant'anni dopo*.

**Um ponto de vista que ligue as intersecções e que decifre a complexa relação entre os vestígios patriarcais que vagueiam como fantasmas sem morada pelo mundo capitalista globalizado e as estruturas patriarcais que, por sua vez, foram integradas, utilizadas e transformadas pelo capitalismo, requer uma renovação do marxismo capaz de ir mais além da oposição entre cultural e económico, material e ideológico. Um projecto político que tenha como objectivo a reconstrução de um novo movimento operário requer uma reflexão séria sobre como género e raça influenciam tanto a composição da força de trabalho como os processos de subjectivização. Além disso, exige que se acabe finalmente com a rivalidade a respeito da opressão principal.**



CINZIA ARRUZZA

# FEMINISMO E MARXISMO

ENTRE CASAMENTOS E DIVÓRCIOS



# **FEMINISMO E MARXISMO**

## **entre casamentos e divórcios**



FEMINISMO E MARXISMO  
ENTRE CASAMENTOS E DIVÓRCIOS

Cinzia Arruzza

*Tradução:* Isabel Lacerda  
*Prefácio à edição portuguesa:* Sofia Roque  
*Edição gráfica:* Luís Branco  
*Foto da capa:* Gaelx

*Edição original em italiano :*  
Le relazioni pericolose - Matrimoni e divorzi tra marxismo e femminismo

Edições Combate  
Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa, Portugal.

[www.combate.info](http://www.combate.info)

ISBN: 978-989-96052-4-4

Depósito Legal n.º  
Tiragem: 800 exemplares

Impresso em Agosto de 2010 por Rainho & Neves, Sta. Maria da Feira

**FEMINISMO E MARXISMO**  
**entre casamentos e divórcios**

**Cinzia Arruzza**

**Prefácio de Sofia Roque**

**Tradução de Isabel Lacerda**



# PREFÁCIO

**N**as páginas que seguem esta breve análise introdutória, encontra-se o contributo valioso de Cinzia Arruzza para o esclarecimento e desenvolvimento do debate, das questões e do estado da sua compreensão e, em alguns casos, superação, que enredam a relação entre feminismo e marxismo. A exposição crítica dos momentos históricos que ensaiaram, ou concretizaram revoluções, desenrola-se partindo do ponto de vista da acção de muitas mulheres que permitiram e ajudaram, de facto, à constituição de espaços de liberdade e de experiência política real, pelo seu confronto directo com sistemas e instituições de opressão. A história dos acontecimentos entrecruza-se com a história da teoria feminista que, por sua vez, entre encontros e desencontros, espelha também o desenvolvimento e aprofundamento da tradição do pensamento marxista, e da sua práxis.

Este livro será útil tanto a quem já se encontra familiarizado com as questões sobre o género e a análise da luta de classes, como a quem chega agora ao debate e não pode ignorar séculos de discussões, combates, conquistas e derrotas que marcaram a vida de muitas mulheres e o próprio movimento operário. A arrumação, na história, destas experiências, bem como o percurso guiado pelas questões teóricas, permitem começar a pensar aprofundadamente, mas não tendo de voltar ao início, ou, então, avançar no desenvolvimento daquele que será o principal problema que nos é colocado hoje (senão desde sempre), a nós, mulheres e homens, mas principalmente, a nós, mulheres feministas e anti-capitalistas: a construção de um sujeito político colectivo, revolucionário, alargado e comprometido com a transformação da realidade, isto é, a constituição de um movimento politizado e combativo, que assuma a interseccionalidade das opressões de género, classe e raça, e ouse a desconstrução radical de um modelo global, que, por sua vez, não perdeu tempo no questionamento desta intersecção, incorporando-a já sistémica e orga-

nicamente nas suas instituições, estabelecendo uma teia de relações de poder que potenciam continuamente as suas condições de actualização, de controlo e de domínio.

Sabemos que cada mulher não constitui, em si mesma, um sujeito homogéneo, nem corresponde a um concentrado de opressões. A sua subjectividade não resulta de uma experiência primária da opressão de género e da vivência do sexismo como principal relação de poder – estas diferenciam-se e adquirem camadas de sentido, consoante a classe, a raça, a etnia, a orientação sexual, ou qualquer outra categoria sócio-anropológica que distinga segundo o elemento da diferença e/ou o processo de construção de identidade.

Na verdade, há duas linhas de compreensão que têm de ser tidas em conta simultaneamente para que a abstracção da realidade se traduza na construção de uma intervenção transformadora, ampla e concreta: a da relação entre capitalismo e patriarcado, por um lado, e a da relação entre feminismo e marxismo, por outro.

Segundo Cinzia Arruzza, as relações entre homens e mulheres em termos de exploração mantêm-se ou até se intensificam, de certo modo, embora o patriarcado não seja já a forma de organização de uma parte da produção, pois o que permanece foi superado e aglutinado pelo capitalismo através de um processo que «é tudo, menos linear». Torna-se imperativo compreender a complexidade com que o capitalismo integrou e se aproveitou de relações de poder pré-capitalistas para criar hierarquias entre explorados e oprimidos, aprofundando abismos e erguendo muros.

Há que influir directamente para que as análises da divisão sexual do trabalho, do papel da reprodução no capitalismo, do modo como a ideologia patriarcal se relaciona com as dinâmicas da acumulação capitalista e uma teoria do género que aprofunde a crítica das relações de poder sejam integradas comprometidamente na teoria marxista, nos movimentos sociais e nas organizações de esquerda socialista. Do mesmo modo, e também para romper com limites ao entendimento e à intervenção na

realidade, os movimentos feministas não podem subtrair a determinação de classe na sua reflexão em prol da proclamação de uma irmandade universal e essencialista, sob pena de dinamitar absolutamente as pontes com os outros movimentos sociais ou com o movimento de trabalhadores.

Além disto, e tendo em vista o restabelecimento do espaço público como espaço político, garantindo condições de libertação/emancipação para a fruição da liberdade, não poderão ser ignorados os instrumentos essenciais de compreensão da realidade do género, do seu funcionamento e dos seus mecanismos, engendrados no âmbito específico da teoria feminista.

Estabelecendo uma relação contraditória com a psicanálise, o feminismo, enquanto corrente de pensamento, contribuiu de diversos modos para clarificar a componente psicológica da opressão das mulheres e o papel da família e das relações familiares como espaço central de reprodução da divisão sexual dos papéis sociais, da construção do género e da consolidação e imposição da heterossexualidade normativa. Como refere Arruzza, não se trata de desistir de uma abordagem materialista, antes de aprofundá-la pela captação do modo como as relações de poder e a ideologia patriarcal são interiorizadas também pelas mulheres, actuando numa dimensão que não é a económica – esta interiorização tem consequências decisivas sobretudo no plano político, *o topos* da disputa real do poder, isto é, no plano da acção e do discurso, do protagonismo das decisões, da aparição aos outros que surgem como espelhos correctores e normativos, em vez de iguais interlocutores.

Na realidade, é isto que está por detrás da última pergunta/proposta de Cinzia Arruzza, a saber, «Uma união *queer* entre marxismo e feminismo?». Clarificando, trata-se, em última análise, de olhar para a classe e para o género (e também para a nacionalidade ou a sexualidade) como categorias não-estanques, mas sim permeáveis e transmutáveis pela intersecção das opressões. Como modos de ser relativos que resultam não apenas de condições objectivas, estabelecidas no plano económico ou no biológico, mas também no ideológico, no cultural, no histórico, de



tal modo que, entrelaçadas nas redes da relação de forças e/ou das relações de poder, exploração e opressão complexificam-se, atenuam-se ou agravam-se – mas não se extinguem. Classe e género são como dois espartilhos que mais ou menos apertados, sobrepostos ou não, pertencem ao mesmo sistema e a sua superação deve ser encarada para lá da dicotomia entre as reivindicações da redistribuição e do reconhecimento, sob pena de se cair então na exigência mínima do estado de providência e da igualdade; ou de se ignorar o facto destes meios, potenciadores de visibilidade e afirmação de uma identidade, contribuírem para os processos de consciencialização e subjectivização que levam comunidades ou grupos à luta política.

A teoria *queer* não quer reivindicar uma identidade homossexual, transexual ou intersexual, mas sim a desconstrução dos binómios homossexual/heterossexual, colocando em causa todas as identidades sexuais e de género fixas. Assim, numa perspectiva comparativa, poderemos dizer que a teoria *queer* quer desconstruir o género, tal como o socialismo (numa análise simplista e, por tudo o que já disse, incompleta) quer desconstruir a classe, afirmando a possibilidade de modelos alternativos ao capitalismo, uma vez que na práxis política o problema da identidade surge para os dois, embora com vista a uma superação final.

Não queremos contrapor ou aproximar equivocadamente o elemento económico ao cultural, aliás, reivindica-se antes a incorporação no marxismo das categorias de análise cultural, de forma a ultrapassar uma visão ortodoxa que o reduza à análise económica do capitalismo, centrada em noções *sex-blind*, por exemplo.

Por tudo isto, Cinzia Arruzza explica-nos que a reconstrução dos debates centrais que tiveram lugar na relação entre feminismo e marxismo, segundo as perspectivas histórica, política e teórica do entendimento entre classe e género, visa a elaboração de «uma teoria que conjugue marxismo e feminismo sem obrigá-los a um casamento de conveniência».

## **O (des)encontro fundador e o caminho até à teoria queer**

Não podemos cair na ingenuidade de pensar hoje a relação entre feminismo e marxismo como se esta não tivesse tido os seus lugares próprios no processo dialéctico da história – esta é a advertência que podemos encontrar nas entrelinhas deste estudo de Arruzza.

É certo que foram as revoluções burguesas da modernidade, a inglesa e a francesa, que possibilitaram, pela primeira vez, a luta pela libertação da mulher em termos colectivos, permitindo a colocação da reivindicação da igualdade em termos democráticos e participativos.

Mas, na verdade, o feminismo percorreu o seu caminho, nos séculos XVIII e XIX, entre as margens de uma tensão entre operárias e feministas burguesas, baseada num clima de suspeição, por parte das primeiras, e de não reconhecimento, por parte das segundas. Nesta tensão entre «senhoras e operárias» o feminismo teve o seu desenvolvimento próprio no seio dos debates da social-democracia, já no século XX, em especial, na experiência alemã.

Já a experiência incontornável e triunfante da revolução russa e da acção das revolucionárias russas permitiu trazer à luz outro tipo de contradições e (des)encontros, tanto na sociedade que se queria transformar como no interior das vanguardas políticas, ou mesmo na burocratização que se seguiu. Sabemos que houve limites, retrocessos e resistências conservadoras mas a revolução russa é, sem dúvida, o exemplo maior da união entre emancipação, auto-organização das mulheres e movimento de trabalhadores – as mulheres russas conheceram uma possibilidade de liberdade e libertação sem precedentes.

No entanto, a guerra civil e a crise económica impediram a concretização de muitos destes avanços, a par da força da superstição, do atraso social e das estruturas patriarcais que potenciaram uma desconfiança crescente das camponesas face à revolução e aos bolcheviques.

É na época do estalinismo que se verifica, definitivamente, uma primeira ruptura: Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Inessa Armand tinham criado o secretariado feminino internacional, afecto à III Internacional, mas em 1926 (já depois da morte de Lenine), o comité executivo da Internacional dissolve-o, porque a separação sectorial da intervenção política, supostamente, ameaçava a coesão e a força do movimento organizado dos trabalhadores. Em 1929, o *Zenotdel* (grupo de trabalho das mulheres do partido bolchevique, fundado em 1917 por Kollontai) foi extinto porque, alegadamente, um movimento independente de mulheres já não se justificava. A homossexualidade volta a ser considerada crime no período estalinista, tal como o aborto voltou a ser criminalizado, em 1944. A burocracia e o totalitarismo precisavam da família tradicional de volta, e ela voltou, depois de ser amplamente denunciada e recusada pelos bolcheviques que viam nela um dos principais pilares da opressão social (Trotsky aponta este retrocesso n' *A Revolução Traída*).

O longo processo de contra-revolução da União Soviética influenciou todos os partidos comunistas da III Internacional. Em Espanha, os comunistas chegaram a coagir as mulheres através do sentimento de culpa perante os filhos para não irem para a guerra, e também o movimento anarquista nunca chegou a reconhecer no seu seio o grupo das *Mujeres Libres*; em França, o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi considerado pelos burocratas marxistas como «uma imundice repulsiva» e as políticas de controlo da natalidade eram declaradas como desvios pequeno-burgueses; na Itália, o PCI foi, durante muito tempo, contra o divórcio e contra o aborto, chegando a ser «mais papista do que o papa», tal era o conteúdo conservador e conformista das suas posições em relação ao papel da mulher.

Posteriormente, nos anos setenta do século passado, entre os movimentos pelos direitos civis, anti-guerra, estudantis ou da Nova Esquerda, as mulheres encontraram-se sempre com o mesmo sexismo e o escárnio pelas suas reivindicações: ora apenas lhes eram atribuídas tarefas segundo a divisão sexual dos papéis sociais e não segundo as suas competências

pessoais, ora eram desvalorizadas enquanto parte activa nas decisões sobre o movimento.

As ideias de que «a mulher não nasce, faz-se» e de que «este tem sido sempre um mundo de homens», trazidas por Simone de Beauvoir, marcaram o momento em que a importância do conceito de género passou a ocupar um lugar central na teoria feminista.

Daí em diante, a relação entre género e classe passou a basear-se nos princípios de exclusão ou sobreposição. A secundarização ou dissolução da opressão de género em relação à exploração de classe conduziram à crença de que a participação das mulheres na produção é a condição *sine qua non* da sua emancipação (de Engels a Simone de Beauvoir). Por outro lado, o feminismo materialista e o operário agudizaram de tal modo a relação entre género e classe que as perspectivas da sobreposição de um ao outro ou mesmo de inter-relação foram superadas em prol da assunção do género com uma classe, de facto, reivindicando-se a existência de um modelo de produção patriarcal onde coexistem duas classes antagónicas, ligadas por um sistema de exploração entre homens e mulheres.

No entanto, tal como Cinzia Arruzza aponta, é com a teoria *queer*, desenvolvida na década de 90 (século XX), e com o pensamento de Judith Butler, em particular, que o processo de contestação da identidade de género e a sua relação com a sexualidade chegou mais longe.

Butler propõe o conceito de «género performativo» como alternativa teórica tanto ao essencialismo da diferença como ao construtivismo social, uma vez que ambas as teorias implicam um certo determinismo, seja o que provém de uma identidade sexual baseada no biológico ou no processo de construção simbólico dessa identidade, seja o que provém de uma certa construção social que se impõe inevitavelmente.

O carácter estático do género é posto em causa uma vez que este é concebido como um conjunto de actos, gestos e comportamentos que representam a «disciplina do género» e que criam continuamente a sua identidade. O género é *performativo* através de rituais coercivos que sedi-

mentam a materialidade própria do corpo. Na verdade, o corpo é o resultado das relações de poder, onde o discurso também tem o seu lugar, que o disciplinam, modelam e sexualizam de acordo com um género – como afirma Cinzia Arruzza: «Radicalizando as teorias de Foucault, Butler força o processo de dissolução do sujeito até que o corpo deixe de ser um intrincado de identidade do sujeito e se transforme no produto das relações de poder disseminadas». Assim, o género precisa de reiteração contínua e na possibilidade de discordâncias reafirma-se a *performance* na qual o sujeito pode «desfazer» o género, potenciando a subversão.

Esta atenção ao carácter ideológico da opressão de género e às suas transformações psicológicas foram muito importantes para o desenvolvimento do estudo da sua natureza, ainda que tenham provocado uma certa des-historização do sistema patriarcal. Além disto, verifica-se um afastamento face ao movimento dos trabalhadores e aos movimentos sociais, o que correspondeu também a um desencontro absoluto com a crítica das relações de produção, substituída então, no seguimento da pós-modernidade, pelo estudo das relações de poder e de domínio.

### **A solução queer: da ideia ao movimento**

De ponto de vista feminista, assente numa crítica anti-capitalista, é necessário reflectir conjuntamente sobre a performatividade do género e sobre a forma como esta se entrelaça e se insere nas relações de produção capitalista. O contributo de Judith Butler é bastante rico e estabelece pontos de reflexão que implicam, de facto, a superação tanto do biologismo, como do existencialismo, a crítica da heteronormatividade (bem como da homonormatividade presente nas comunidades de *gays* e lésbicas, dos países ocidentais), a recusa do sectarismo, e uma atenção aos aspectos materiais da opressão baseada no género e na sua interligação com os aspectos culturais. No entanto, problemas como, por exemplo, a análise do papel da heterossexualidade normativa nas questões da divisão do trabalho estão ainda por pensar e carecem de uma resposta que não se deixe minar pela perspectiva centrada unicamente na descon-

trução das relações de poder, correndo-se o risco de eclipsar a estrutura económica subjacente. Outro risco eminente é o de considerar o poder apenas como aquilo que se encontra disseminado, por todo o lado e em lado nenhum, dificultando ou anulando-se a hipótese da invenção autónoma do género, retornando a um impasse determinista, agora causado pelo fatalismo da invisibilidade das relações de poder. A colocação do problema da construção de um sujeito colectivo capaz de desconstruir e reinventar os géneros permanece também em aberto.

Tal como Arruzza afirma, é preciso acabar com essa discussão da opressão principal e avançar – avançar. A história ensina-nos que os processos transitórios de transformação partiram sempre da conjunção de condições emancipatórias e de auto-determinação e é aqui que compreendemos que a intersecção proposta não é apenas o instrumento de análise da relação entre opressões, é a que permite a união entre feminismo e marxismo também do ponto de vista da práxis política. Deste modo, a intervenção que um movimento anti-capitalista e feminista deverá protagonizar, influenciar e disputar, deverá ser a de uma acção que *performe* a desconstrução do género, da classe, da nacionalidade.

O que se verifica hoje em dia no movimento feminista é a particularização da intervenção em causas específicas ou em frentes de combate, uma estratégia que trouxe algumas vitórias mas que limitou e esvaziou a discussão política sobre os temas da opressão e discriminação de género e da crítica ao sistema patriarcal do ponto de vista de uma análise estrutural da sociedade, e não estabeleceu nenhuma ponte com a luta de classes, ainda que tenha, contudo, permitido comunicar e formar alianças com outros movimentos e sectores sociais em momentos específicos.

No tempo do neoliberalismo global e da actual crise multidimensional e sistémica, do ponto de vista económico, ambiental e alimentar, toda a nossa atenção e mobilização são necessárias e urgentes para assegurar a nossa presença nas várias frentes, tornando visíveis todas as formas e espaços que se sobrepõem.

Se a teoria *queer* nos permite engendrar uma intervenção política com possibilidades maiores de transformação, esta tem de cruzar o mundo das relações laborais numa análise à escala global, que preveja as alterações que a imigração, a precariedade e a divisão sexual do trabalho provocam na relação de forças. É precisamente aqui que a intersecção das lutas poderá converter dificuldades, explorando um intervalo de novas possibilidades.

No campo crescente da precarização das relações laborais, o neoliberalismo vai estreitando cada vez mais os laços de solidariedade entre trabalhadores. A precariedade é um flagelo, mas a fragilidade do vínculo, a ausência deste ou a sua ilegalidade não bastam para caracterizar este novo modelo de intensificação da exploração. A degradação das condições de trabalho, a hiper-dependência económica dos trabalhadores face aos patrões, a individualização e a autonomização das relações sociais são consequências deste modelo económico que proporciona o isolamento, a diferença, a desigualdade, a estigmatização e a exclusão. O emprego já não é necessariamente uma profissão e uma carreira, muito menos um lugar de inserção social e de identificação no colectivo. Estas mudanças não se explicam pela conjuntura ou pela crise financeira, elas são estruturais e referem-se a um apuramento de um modelo económico baseado na ideia de indivíduo, na relação unipessoal entre trabalhador e patrão, no mérito, no Estado sem poder, na iniciativa privada, na anulação da política, enfim, assente na justificação mínima para o contrato-social.

A mesma tendência neoliberal verifica-se na intervenção de um feminismo de Estado ou institucional. Neutralizam-se as opressões respondendo-lhes com medidas justificadas em supostos avanços civilizacionais ou na universalidade dos direitos humanos, mantendo-se as estruturas de poder intactas e imanentes às relações sociais, culturais e políticas. Valoriza-se a autonomia e o individualismo, a auto-consciência, como se o desenvolvimento do carácter empreendedor numa mulher, por exemplo, fosse a chave do combate à desigualdade nas oportunidades de carreira entre mulheres e homens.

Se queremos uma transformação estrutural e radical da sociedade, esta não poderá porvir do mero somatório de mulheres emancipadas e as razões políticas que explicam isto encontram-se neste livro de Cinzia Arruzza, sobretudo na resposta à questão que a autora vai recolocando ao longo da reflexão – a necessidade da construção de um sujeito político colectivo, alicerçado em laços de solidariedade multidimensional e internacionalista, que intervenha no campo da intersecção da exploração e das diversas opressões de modo a superá-las.

Entre a auto-organização e a acção conjunta entre movimentos e sectores sociais, não podemos cair na rasteira imobilizadora da suposta necessidade de clarificação sobre se queremos um movimento anti-capitalista mais feminista ou um movimento feminista mais anti-capitalista. As relações de poder sustentem-se reciprocamente entre si, não podemos combater uma sem combatê-las a todas, já dizia Lidia Cirillo, no final do século XX.

Na verdade, as tarefas de um movimento socialista revolucionário são a criação das condições de transição para um modelo de organização política onde todas as opressões não têm lugar, por isso, a ideia da intersecção entre feminismo e marxismo não se resume a uma questão de comunhão de princípios ideológicos, trata-se da questão estratégica para o combate.





# INTRODUÇÃO

*A Daniel Bensaid, o último intempestivo*

**A** história das relações entre o movimento de mulheres e o movimento operário tem sido marcada por alianças, encontros malogrados, aberta hostilidade, amores e desamores. Nascido no auge das revoluções burguesas, o feminismo cedo se encontrou com as mobilizações e as revoluções sociais. Estas, algumas vezes, criaram um novo espaço de abertura democrática que permitiu às mulheres conquistarem direitos até então desconhecidos, tomar a palavra e participar activamente na vida política e no espaço público. No interior destas fendas, abertas na capa asfixiante da sua opressão milenar, as mulheres têm aprendido a organizar-se enquanto mulheres e a lutar autonomamente pela sua emancipação. No entanto, este processo não foi isento de contradições, pelo contrário, colidiu por vezes com a subestimação ou a desconfiança das organizações do movimento operário tradicional e da Nova Esquerda. Os êxitos têm sido controversos, da tentativa extenuante de manter viva uma relação difícil até ao autêntico divórcio.

Esta dinâmica complexa reflectiu-se também no campo teórico. Procurando, de vez em quando, solucionar os problemas que eram levantados pelas lutas e pelos processos de subjectivização das mulheres, as pensadoras feministas têm dado respostas muito divergentes à questão da relação entre género e classe e entre patriarcado e capitalismo. Tem-se tentado interpretar o género utilizando os instrumentos da crítica da economia política, fazer da opressão de género uma extensão da relação de exploração entre o capital e a força laboral, ou então analisar as relações entre o homem e a mulher em termos de antagonismo de classe, ou ainda afirmar a prioridade da opressão patriarcal face à exploração capitalista.

Tem-se tentado analisar a relação entre capitalismo e patriarcado em termos de interligação entre dois sistemas autónomos ou, pelo contrário, interpretar a forma como o capitalismo tem assimilado e modificado profundamente a opressão patriarcal.

Este pequeno livro pretende ser uma breve e acessível introdução à questão das relações entre movimento de mulheres e movimentos sociais e da relação entre género e classe. Nos dois capítulos iniciais são sumariamente reconstruídas algumas das experiências históricas que marcaram momentos importantes, seja no processo de organização e de emancipação das mulheres, seja no encontro e no desencontro deste processo com o movimento operário. Os últimos dois capítulos, por sua vez, oferecem uma breve panorâmica do debate teórico à volta das causas da relação entre opressão sexual e de género e exploração, tentando esclarecer os problemas originados pelas diversas concepções propostas, e que continuam ainda hoje por resolver. Nem a parte histórica nem a teórica deste livro ambicionam oferecer uma reconstrução exaustiva dos acontecimentos e dos momentos teóricos, mas somente dar alguns exemplos e algumas chaves de acesso a uma questão extremamente complexa e ainda em aberto. Não se trata de uma reconstrução imparcial. Quem escreve parte, na verdade, de algumas convicções e de algumas exigências.

A primeira é a de que hoje, mais do que nunca, é urgente pensar teoricamente a relação entre opressão de género e exploração e, sobretudo, a forma como o capitalismo integrou e modificou profundamente as estruturas patriarcais. De facto, por um lado, a opressão das mulheres é um elemento estruturante da divisão do trabalho, e está entre os factores através dos quais o capitalismo não só reforça o seu domínio ideológico como também organiza continuamente a exploração do trabalho vivo e a sua reprodução. Por outro lado, a subsunção das lógicas patriarcais pelo capitalismo levou à sua profunda transformação, desde a família à posição da mulher em relação à produção, as relações entre os sexos, a identidade sexual...

Perceber esta complexa teia é absolutamente necessário para um marxismo que deseje estar à altura das transformações e das crises em curso, num contexto em que a globalização está a provocar uma feminização crescente da força de trabalho e a consequente transformação das relações entre os sexos. Antes de submeter o género à classe, acreditando que o fim da exploração conduzirá automaticamente à libertação das mulheres e à desconstrução dos papéis sexuais, ou então esquecer a classe, fazendo dos discursos ideológicos de construção do género o inimigo principal, seria necessário pensar a complexidade da sociedade capitalista e da sua trama de relações de exploração, domínio e opressão, evitando simplificações pouco úteis, por mais tranquilizadoras que sejam.

A segunda convicção (e exigência) está estritamente ligada à primeira: a um esforço de compreensão teórica deve seguir-se uma tentativa de organização e de acção política que tente superar a distância criada entre movimento feminista e luta de classes, a partir da superação da velha dialéctica das «prioridades», com base na qual o diálogo ou o choque entre ambas devia resolver-se necessariamente com a afirmação da prioridade da classe sobre o género, ou do género sobre a classe.

Não se trata apenas de uma questão teórica, mas também organizativa e de agenda política. Como é que a compreensão da estreita ligação entre o capitalismo e a opressão das mulheres se deve traduzir em processos de subjectivização e na capacidade de construir organizações e espaços políticos nos quais as mulheres se possam sentir em casa continua a ser um problema em aberto cuja solução requererá experiência «de campo». Todavia, é preciso adquirir imediatamente a disposição para regressar aos fundamentos, não só teóricos, mas também políticos e organizativos da nossa acção política e do nosso compromisso na luta pela emancipação universal, para abrir um laboratório permanente de questionamento e de experimentação.

# Índice

<i>Prefácio</i>	7
<i>Introdução</i>	19
<i>Capítulo I</i> CASAMENTOS	23
<i>Capítulo II</i> ... E DIVÓRCIOS	61
<i>Capítulo III</i> AS RELAÇÕES PERIGOSAS ENTRE GÉNERO E CLASSE	85
<i>Capítulo IV</i> UMA UNIÃO <i>QUEER</i> ENTRE MARXISMO E FEMINISMO?	123
ALGUNS CONSELHOS DE LEITURA	140